

PODER

Em seminário na CNI, vice-presidente diz que não há desenvolvimento social e econômico sem o setor na “ponta da vanguarda tecnológica”. Segundo ele, nos próximos dias, governo vai regulamentar programa de modernização do parque industrial

Alckmin: “Política industrial é emprego”

» FERNANDA STRICKLAND

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, afirmou não haver possibilidade de o país crescer se não valorizar a sua indústria. “Não tem desenvolvimento social e econômico, ganho de renda e salários de maior valor se não tiver uma indústria na ponta da vanguarda tecnológica”, frisou. “Política industrial é emprego, renda, desenvolvimento social e econômico.”

As declarações ocorreram na abertura do Seminário Políticas Industriais no Brasil e no Mundo, ontem, no auditório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília. No evento, Alckmin, presidente da República em exercício naquele momento, disse que o governo deve regulamentar, em breve, a portaria da depreciação acelerada.

O programa Depreciação acelerada para modernização do

parque industrial brasileiro vai destinar, inicialmente, R\$ 3,4 bilhões em créditos financeiros para a compra de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos. A lei foi sancionada em maio, mas depende de regulamentação.

“Devemos, nos próximos dias, já regulamentar a portaria da depreciação acelerada para estimular a renovação de máquinas e equipamentos”, destacou. Segundo ele, a depreciação acelerada substitui máquinas, melhora a produtividade e a eficiência e reduz custos. Atualmente, o Brasil deprecia uma máquina em 15 anos. Com a portaria, isso vai ocorrer em dois anos, apontou Alckmin.

O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Rafael Lucchesi, ressaltou que o Brasil tem

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Alckmin no seminário: programa depreciação acelerada destinará R\$ 3,4 bilhões em créditos financeiros



Devemos, nos próximos dias, já regulamentar a portaria da depreciação acelerada para estimular a renovação de máquinas e equipamentos”

Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

de ficar alerta para o fato de as grandes potências estarem investindo recursos significativos para se manter competitivas e se adaptar às tendências atuais. “Em outras palavras, assistimos

a uma corrida global, que constrói as novas bases da indústria mundial, com iniciativas ligadas à descarbonização, à transformação digital, à saúde e à vida, bem como infraestruturas urbanas, econômicas e digitais, formação de recursos humanos qualificados e defesa e segurança nacional”, explicou.

Também participante do seminário, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, sustentou que o governo não tem avançado na economia. “Os resultados na economia estão de bom tamanho para o que a gente gostaria? Não, não estão. Havia um ceticismo muito grande, havia uma baixa expectativa para o crescimento, geração de emprego, juros, balança

comercial, e nós fomos surpreendendo. Não da forma como gostaríamos, mas surpreendemos”, enfatizou. “Precisamos seguir, dando tração à economia, da forma como a gente vem fazendo. A política, em um primeiro momento, é fundamental. Fizemos um esforço maior, para dar estabilidade para as contas públicas do Brasil”, assegurou.

Na avaliação de Durigan, o governo não crê em polarização no Congresso. “Apostamos na formação de consensos no Congresso, estamos dispostos a ceder sobre a ideia inicial concebida na Fazenda”, declarou. “Em 2023, a Fazenda aprovou inúmeros projetos no Congresso. Um deles é a reforma tributária. Muitas vezes, não

» Arcabouço “custe o que custar”

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse, que, em recente reunião entre a equipe do ministro Fernando Haddad e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ficou reiterado que o governo vai prezar pelas previsões do arcabouço fiscal até 2026 “custe o que custar”. “Arcabouço traz piso de investimento, regra cíclica, teto de despesa, mínimo de crescimento da despesa por ano. O arcabouço será mantido, e para isso algumas medidas precisam ser tomadas”, frisou. Entre as medidas, citou a revisão de gastos públicos, com potencial de economia de R\$ 25 bilhões. “Foi feito um contingenciamento, que afeta os ministérios, mas foi necessário. Seguimos estudando medidas para equilibrar os gastos públicos.”

chamamos de política industrial, mas a reforma tributária, sem dúvida nenhuma, vai trazer uma oxigenação de racionalidade, de simplicidade e de estabilização de expectativa, que vai ser muito positiva para a indústria.”

Durigan também afirmou ser favorável à autonomia do Banco Central, “porque ela garante que não haja oposição política no BC”. “Permite que haja diálogo técnico, entendimento, isso é muito importante neste momento do país. Então, do ponto de vista da economia, temos de proteger o Brasil, proteger o fiscal do Brasil”, apontou ele, que representou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

STF inicia mapeamento de emendas Pix

» LUANA PATRIOLINO

Saiba mais

Cronograma

A apresentação do relatório, no dia 21, servirá como um marco para a contagem de prazo de outras medidas que a comissão técnica vai desenvolver:

21 de setembro

Após a conclusão do mapeamento, será concedido um prazo de 30 dias para que o Legislativo e o Executivo apresentem à comissão dados que ainda não estejam disponibilizados e, consequentemente, não constarão do mapeamento. O grupo deve

às transferências, como plano de trabalho, a estimativa de recursos para a execução e o prazo, bem como a classificação orçamentária da despesa.

Entre as questões a serem retratadas pelo grupo estão: quais dados existem e os que não existem, quais os que estão disponíveis ao acesso público e em

sugerir uma padronização da apresentação dos dados.

Fevereiro de 2025

Depois, 180 dias após a apresentação do relatório, deverão ser apresentados dados por estados e municípios que são beneficiários das emendas parlamentares.

Março de 2025

O terceiro passo será a disponibilização, pela CGU, dos dados consolidados das emendas de relator e de comissão. A consolidação consistirá em uma

primeira versão do painel do orçamento secreto — plataforma única (portal da transparência, de amplo e fácil acesso público). O prazo para tal item do cronograma é de 20 dias após a apresentação de dados por estados e municípios.

Setembro de 2025

A quarta fase prevista pela comissão é a alimentação da plataforma já lançada com os dados passados sobre as emendas parlamentares, seguindo os parâmetros que já foram traçados. O prazo para a conclusão de tal medida é de mais 180 dias.

Gustavo Moreno/SCO/STF



A comissão foi criada por determinação do ministro Flávio Dino

Congresso não tem como colaborar”, diz a ata do encontro.

Sem transparência

Nas emendas pix, o valor é enviado por parlamentares a prefeiras e estados sem um fim específico. Ou seja, a transferência direta de recursos públicos

ocorre sem transparência.

A decisão de Dino atendeu à ação ajuizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Na petição encaminhada ao Supremo, a entidade aponta que os repasses não podem ser realizados sem vinculação a projeto ou atividade específica.



ALEXANDRE GARCIA

QUANDO UM PRESIDENTE QUER SER PROPRIETÁRIO DO ESTADO, DE SUAS ESTATAIS, É PARA PODER EMPREGAR SEUS SEGUIDORES E LEVANTAR DINHEIRO PARA ELEIÇÕES QUE O MANTENHAM NO PODER E LEGALIZEM ESSE PATRIMONIALISMO

Vitrina e espelho

O mais impactante documento depois da eleição venezuelana é a carta de 30 ex-presidentes latino-americanos ao presidente Lula. O verbo usado para se dirigir ao presidente do Brasil foi exortamos. Exortaram o presidente Lula a fazer prevalecer a democracia na Venezuela. Disseram a Lula que acontece um escândalo e admiti-lo ferirá de morte os esforços pela democracia e direitos humanos no continente. Não são simples militantes políticos. São ex-presidentes, experientes, que conduziram suas nações com democracia. Eles sabem que o Brasil torpedeou a tentativa de pressionar Maduro pelo foro óbvio,

que é a Organização dos Estados Americanos. A OEA não teve os 18 votos necessários para uma resolução por direitos humanos e transparência eleitoral porque faltou o voto do Brasil, enquanto Celso Amorim manobrava para tirar a OEA da solução e juntar ao Brasil o México e a Colômbia, numa pressão que não emparedasse Maduro. Fizeram a carta a Lula porque o consideraram responsável por Maduro. Não exortaram Petro, da Colômbia, nem Obrador, do México, porque sabem quem pilota a defesa de Maduro.

Quando olho para a Venezuela, vejo expostos, como numa vitrina, o que

evitar no Brasil, mas esse olhar também me dá a desagradável sensação de um cenário heurístico para o Brasil — como me disse um reitor, que me fez consultar o dicionário. Ele quis dizer que a Venezuela nos oferece um cenário pedagógico, quando a gente procura soluções para o Brasil. Maduro não consegue convencer ninguém de que fez 52% dos votos (já foi 51,21%), porque há a comprovação das actas. Não consegue convencer ninguém que é democracia ficar 17 anos no poder, não consegue esconder a violência da repressão policial e de suas milícias. Ninguém, à exceção do governo brasileiro e interessados fisiologicamente, para quem a ideologia vem em segundo plano.

São muitos os interesses envolvidos. Maduro não é apenas o indivíduo, mas

o que ele representa, até como testa de ferro. Para a China e a Rússia, são interesses econômicos no gigantesco potencial da Venezuela, no subsolo e na localização geográfica. Depois que a União Soviética acabou, a garantia de Cuba é a Venezuela. Há empresas americanas com grandes interesses no petróleo e nas riquezas minerais venezuelanas. A China investe na vizinha Guiana; quem já andou por Georgetown já testemunhou isso. E o pior são as organizações criminosas, principalmente do narcotráfico (já se deram por Roraima), o que justifica o interesse do México e da Colômbia em se associarem ao Brasil para buscar uma solução confortável a Maduro, evitando a ação da OEA.

A Venezuela nos faz lembrar o

óbvio: o Estado só existe para servir à nação. A nação somos nós, eleitores, pagadores de impostos, cidadãos. Os integrantes do Estado são nossos servidores. Todos eles. Não são donos do Estado, nem seus partidos, porque os donos do Estado somos nós. Quando um presidente quer ser proprietário do Estado, de suas estatais, é para poder empregar seus seguidores e levantar dinheiro para eleições que o mantenham no poder e legalizem esse patrimonialismo. Forma-se uma rede de sócios/cúmplices. Se a clientela votante é desinformada, tudo aceita. É por isso que alguém como Maduro, ou semelhantes, engana tanta gente. Que nos miremos nessa vitrina, que pode também refletir a nossa cara.